

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.292.137 - SP (2018/0111304-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : MARCIA MARIA DE CASTRO MARQUES E OUTRO(S) -  
SP121971  
AGRAVADO : MARISA COIMBRA JUNQUEIRA  
AGRAVADO : MARTA COIMBRA JUNQUEIRA  
AGRAVADO : PEDRO MULLER COIMBRA JUNQUEIRA  
AGRAVADO : FABIO COIMBRA JUNQUEIRA  
AGRAVADO : ANTONIO AUGUSTO MASCARENHAS JUNQUEIRA  
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO NEVES BAPTISTA - SP066897  
CHRISTIANO FERRARI VIEIRA - SP176640  
DANIEL DOMINGOS DO NASCIMENTO - SP241170  
THIAGO APARECIDO DE JESUS - SP223581  
BRUNO EMILIO DE JESUS - SP278054  
CARLOS ALBERTO BARROSO DE FREITAS - SP290912  
INTERES. : RCS - ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPACOES  
LTDA  
ADVOGADOS : PEDRO AUGUSTO OBERLAENDER NETO - SP204346  
REGINALDO BERALDO DE ALMEIDA - SP260237  
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL. INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.*

1. Trata-se de Agravo em Recurso Especial apresentado contra decisão que inadmitiu Recurso Especial, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c* da Constituição da República.

2. É o relatório.

3. Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o Recurso Especial, considerando: ausência de dissídio

jurisprudencial, ausência de violação do art. 1.022 do Código Fux e incidência da Súmula 7/STJ.

4. Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: a ausência de dissídio jurisprudencial.

5. E como cediço, não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

6. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4o., I, DO CPC/1973. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.*

*[...]*

*3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, nos termos do art. 544, § 4o., I, do CPC/1973, o conhecimento do agravo em recurso especial está condicionado à impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao apelo nobre, sejam eles autônomos ou não. Precedentes.*

*[...]*

*5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento (EDcl no AREsp 419.689/ES, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24.5.2016, DJe 8.6.2016).*

7. Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp. 880.709/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 17.6.2016; AgRg no AREsp. 575.696/MG, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 13.5.2016; AgRg no AREsp. 825.588/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 12.4.2016; AgRg no AREsp. 809.829/ES, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 29.6.2016; e AgRg no AREsp.

905.869/ES, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 14.6.2016.

8. Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nega-se seguimento ao Agravo em Recurso Especial da FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de maio de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

